



REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
PALMAS - TOCANTINS

**REUNIÃO SETORIAL – ZONA URBANA:
OAB, CREA E CAU
17/08/2016**

CAPÍTULO III: REUNIÃO SETORIAL – OAB, CREA/TO E CAU/TO

1. DA METODOLOGIA DO ENCONTRO SETORIAL

O procedimento desta Reunião Setorial realizada junto aos representantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Tocantins - OAB/TO, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins - CREA/TO e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Tocantins – CAU/TO, consistiu em três momentos distintos em reunião plenária.

No primeiro momento, foram expostos os objetivos do encontro, que consistiu na coleta de informações para compor um relatório comunitário, que, juntamente com um posterior relatório técnico baseará o futuro diagnóstico do Município, que comporá as propostas para a elaboração da minuta de revisão do Plano Diretor Participativo de Palmas. Foi explicitado que o momento seria destinado exclusivamente a ouvir à comunidade, seus anseios e necessidades. Explanou-se que as discussões estariam ocorrendo em três Eixos Temáticos: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS e, finalmente, Eixo FISCAL E GOVERNANÇA.

O segundo momento ocorreu quando a palavra foi finalmente repassada aos participantes presentes, em que consistiu em relatos, ponderações e diálogos que levaram a apontamentos diretos a uma tabela que enfocou os CONFLITOS, as POTENCIALIDADES e as SOLUÇÕES, em tempo real e projetado em tela para que os interlocutores conferissem suas falas.

Na terceira e última etapa, a equipe técnica procedeu a leitura da tabela finalizada, corrigiu-se, quando necessário, e validou-se por aclamação em Plenária.

Todas as explanações foram relatadas em ata. Em casos específicos, procedeu-se ao uso de mapas e/ou aplicativos *Google Earth* para auxiliar na localização da região ou de pontos determinados pelo interlocutor.

2. DOCUMENTOS DA PLENÁRIA

2.1 ATA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PALMAS

ATA DA REUNIÃO SETORIAL

ZONA URBANA: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO TOCANTINS – OAB/TO; CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO TOCANTINS - CREA/TO; CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DO TOCANTINS – CAU/TO

Aos dezessete dias do mês de agosto de 2016, às 14h00min, reuniram-se no auditório da Defensoria Pública do Estado do Tocantins em Palmas-TO, os representantes da Prefeitura de Palmas, OAB, Conselho de Arquitetura e Urbanismo - TO e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins, para discutirem a revisão do Plano Diretor de Palmas-TO. A audiência pública teve sua divulgação a cargo dos órgãos participantes que se propuseram a convidar seus colaboradores. Às 14h57min a cerimonialista abriu a reunião agradecendo a presença de todos; explicou o que é o Plano Diretor e como se dá o processo de revisão desse Plano e quais as etapas para sua conclusão; informou que as reuniões serão realizadas em sete endereços urbanos, seis rurais e sete segmentos da sociedade organizada. Agradeceu e anunciou a composição da mesa. Para abrir, a Dra. Izabela Pereira Alves, defensora pública, começou dando boa tarde a todos, agradeceu a presença de todos em nome da defensoria e dos órgãos presentes. Desejou a todos um excelente seminário, e finalizou agradecendo a presença de todos. Passou para o Sr. João Bazoli que começou falando da importância do seminário, que eles têm se antecipado junto à defensoria por saber da necessidade de revisão do Plano Diretor. Lembrou do trabalho do Palmas Participa e sua importância durante o processo. Atentou, especialmente, sobre a necessidade da qualificação, feita para que eles pudessem estar preparados para a condução das reuniões até chegar às audiências públicas; deixou como sugestão a prefeitura aderir a esse processo de qualificação, trazendo pessoas de fora para reforçar o processo. Falou que eles estão em seminário até sexta-feira para elaborar um documento para passar a prefeitura em relação a revisão do Plano Diretor. O arquiteto Matozalem falou em nome do CAU e sobre a importância da participação dos arquitetos, avaliando o que foi executado do Plano e o que se deve acrescentar. Chamou todas as entidades a participar para que se tenha um amadurecimento, para uma contribuição à cidade. Agradeceu a presença de todos e concluiu sua fala. O Sr. Ephim, Presidente do IPUP, desejou boa tarde e começou explicando a função do IPUP e como eles trabalham na organização da cidade; citou que o processo do Plano é permanente, que apesar da cidade ser nova e planejada já está cheia de erros de planejamento. Falou sobre o Plano Diretor e a participação da cidade

no processo de revisão. Outro ponto abordado por ele foi a questão climática abordada nas grandes cidades do mundo atualmente, citando o problema de Nova York como o último tufão. Lembrou da seriedade dos problemas climáticos, lembrando do problema de escassez de água e da qualidade do ar que ainda é boa, mas que se não for cuidado pode piorar. Lembrou que agora é hora de se adiantar aos problemas e discuti-los, se atendo aos problemas urbanos e climáticos. O Sr. José Messias, Presidente da Comissão de Revisão do Plano Diretor, agradeceu a Defensora, Dra. Izabela, pelo espaço cedido, agradeceu ao Sr. Bazoli pela iniciativa e pedido que a reunião de revisão acontecesse com o público presente; lembrou da presença do Sr. Matozalem, da Sra. Juliana, do Sr. João Paulo, do Sr. José e do Sr. Fábio que são integrantes da Comissão, agradeceu os técnicos da prefeitura presentes, agradeceu os servidores da defensoria, agradeceu a Sra. Noeli, presidente da Associação Água Doce – Movimento de Proteção ao Taquarussu Grande, que recebeu a reunião no dia anterior em Taquarussu Grande; lembrou que era a sexta reunião de 24, que, portanto, era o início de um processo que pode ser engrandecido pela presença dos que estavam presentes; ressaltou que o que ficar pendente deve ser levado para as demais reuniões, para que se faça o Plano Diretor da cidade não ser apenas mais um plano. Disse que os Vereadores e gestores não precisam de mais nada a não ser o Plano feito pela população; lembrou da importância do Ministério Público no processo de cobrar a prefeitura para que se execute o Plano. Finalizou que o Plano é superior a gestão e deve ser cumprida pela próxima gestão independente de quem seja. Lembrou do interesse do Sr. Bazoli de participar e o quanto essa reunião é importante; lembrou do documento feito pela comunidade de Taquarussu Grande e entregue aos técnicos presentes. Esclareceu que todo o processo será participativo. A mesa foi desfeita. A cerimonialista seguiu chamando o coordenador da equipe técnica, Marcus Vinicius Bazoni, para a apresentação do processo de revisão do Plano. Também agradeceu a presença de todos em especial ao "Palmas Participa". Começou explicando o que é o Plano Diretor usando dois conceitos que o definem. Explicou que a lei deve ser construída por toda a municipalidade e que o Chefe do Executivo deve executar a lei. Explicou o respaldo legal e as leis que respaldam o Plano em questão; lembrou que a revisão deve ser feita pelo menos a cada dez anos. Falou sobre o Decreto Municipal que formou a Comissão de Revisão do Plano Diretor, explicando quem o compõe e a sua função. Falou da grande parceria do Ministério Público nessa revisão do Plano, respaldando sua legalidade. Explicou sobre os autores que participam do processo, como a Comissão, o Conselho de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a sociedade, a equipe técnica e suas funções. A Comissão definiu o processo que foi a leitura técnica e a leitura comunitária, que são momentos abertos à sociedade e reuniões setoriais que são reuniões classistas, mas também abertas à comunidade, como a reunião que estava acontecendo. Seguiu a leitura onde os técnicos ouviram os conflitos, potencialidade e soluções da cidade, o processo será de junção da equipe técnica para elaboração de um documento para as audiências públicas e depois elaboração do Plano. A leitura técnica foi dividida em Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, explicou o que esse assunto aborda como assoreamento de córregos e saneamento. O outro eixo é Desenvolvimento Territorial, que

abrange uso do solo, mobilidade e transporte, política de habitação, serviços urbanos e o último que é Fiscal e Governança. Explicou a importância do eixo e a pontuação recorrente de outras reuniões, e da viabilidade econômica dos apontamentos feitos para a lei. Explicou a metodologia, que serão apresentados mapas, e a intenção é que os técnicos presentes da prefeitura falem o mínimo possível e deixem que todos falem para que sejam captadas todas as ideias, para depois ser feito um relatório técnico. Falou que será feita uma tabela com a captação de tudo que foi falado, por fim, será feita a leitura da tabela para que seja conferido, se tudo o que foi falado, foi pontuado. Convidou todos a participarem e passou a palavra para a cerimonialista que repassou para o Arquiteto e Urbanista Giordane Martins Silva, para a leitura dos mapas. Começou falando que mora em Palmas há 23 anos e que é servidor público há 20 anos; mencionou a presença de antigos professores e colegas e alunos. Falou que o objetivo é transformar a cidade em uma metrópole competitiva, funcional e agradável. No primeiro mapa, mostrou a área de Serviço Regional, falou que é uma área mal ocupada. O mapa tem outra faixa que é residencial, uma faixa de ocupação prioritária, pontos de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), algumas já estabelecidas há muito tempo, mas não ocupadas, e faixas de ocupações irregulares, lembrando dessa divergência; lembrou que os técnicos estão aqui para ouvir e registrar suas contribuições, mostrando a equipe relatora da prefeitura. Falou que eles têm 2h para ouvir e pediu que estabelecessem um tempo para cada um que queira falar, um integrante da reunião falou que 3min é pouco e que gostaria de um tempo maior, outro integrante falou que 3min é muito para quem não quer falar e pouco para quem tem algo a acrescentar, ficou aberto o tempo. O Sr. Giordane entregou a palavra a plateia. O Sr. Bazoli foi o primeiro a dar sua contribuição, lembrando que o Plano Diretor foi por água abaixo quando veio à tona a discussão do aumento do perímetro urbano, que na última revisão os Vereadores acrescentaram um condomínio no perímetro, que o Prefeito vetou e ficou fora da área urbana. Criticou a falta da assistência jurídica ao veto. Lembrou que na mesma área foi solicitada a implantação de indústrias e que a área ficou instituída como área de regularização específica. A Acadêmica, Flor do Vale, comentou sobre as áreas irregulares ocupadas, perguntou porque não há um remanejamento. O arquiteto explicou que a ocupação dessas áreas foi alheia ao controle da prefeitura. Outra acadêmica perguntou sobre a verticalidade, se não seria melhor diminuir o gabarito dos prédios para que haja ocupação dos vazios. O Sr. Matozalem, representante do CAU, perguntou se já é o momento de dar colaborações e perguntou como está sendo a captação das ideias. O arquiteto Giordane explicou que não houve espaço para projetar em tempo real a tabela de captação. O Sr. Matozalem disse que fica difícil prolongar o debate com apenas 01 mapa de ocupação; lembrou que como em outra reunião o mapa está reduzido e não abrange as regiões próximas à cidade e toda a área rural. Lembrou das ideias dadas por ele na outra reunião que ele participou. O Sr. Giordane explicou que o momento é de coleta de informação e o mapa é do que existe na cidade para colher e acrescentar informação. A Sra. Josi, arquiteta e urbanista do IAB, chamou atenção também para o mapa reduzido. O Sr. Isac, acadêmico de arquitetura na ULBRA, falou sobre o problema de duas quadras na cidade que se juntaram para fazer um condomínio

fechado e perguntou se existe alguma restrição feita pelo Plano Diretor. O Sr. Riquinelson, arquiteto e urbanista, falou que esteve na reunião do dia 10, questionou a dificuldade da captação das informações dadas pela apresentação, questionou que está ruim para técnicos e se interrogou como será para um leigo. Falou do caos da cidade, sobre trânsito, calor e falta de arborização, mencionando que esses mapas não estimulam a discussão, lembrando do problema de água e a busca de melhorar a qualidade de vida na época de seca. Lembrou que as regiões periféricas se mobilizam melhor que o centro, e que cabe a prefeitura estimular essa mobilização. O Arquiteto Giordane explicou da dificuldade da geração dos mapas, perguntou se o "Palmas em Foco" tem os mapas, e disse não ser relevante para esse momento. A Sra. Noeli falou que em Taquarussu Grande estão discutindo os problemas locais, explicando onde fica a APA, apresentou a Associação Água Doce. Explicou o que está acontecendo nessa comunidade; falou sobre a reunião que aconteceu na sua região; reiterou que Taquarussu Grande faz parte da área rural que não tem legislação específica; reclamou dos loteamentos e condomínios rurais que na verdade são microparcelamentos às margens do ribeirão com construções que não respeitam as leis ambientais; falou da diminuição da vazão do ribeirão por causa da assoreamento, represamento e construções de piscina. Lembrou que o rio está secando e que se permanecer como está, o rio vai secar. Falou que não dá para esperar e que para os problemas causados hoje, têm que haver uma recuperação. Lembrou que as pessoas conseguem documentos para loteamentos sem passar pelo Conselho da APA. Lembrou dos 70 dias de queimadas por ano, e da falta de fiscalização e controle. Falou do projeto de turismo rural para resgatar a produção agrícola agroecológica, lembrando da falta de limite da agropecuária nos córregos e do uso excessivo de agrotóxicos. Falou do programa de pagamento por serviços ambientais e da falta de apoio da prefeitura para o projeto. Falou de lugares que conseguiram economia de tratamento da água com a recuperação das nascentes. Pediu uma força tarefa para andar pelo rio, para a fiscalização. Finalizou, convidando todos a participarem de uma ação comunitária que haverá para limpeza do rio. Um professor da ULBRA que estava presente e não se identificou falou que esteve no local na parte da manhã com alunos fazendo um reconhecimento e levantamento dos loteamentos ilegais, para a comissão de direitos urbanísticos incluir essas pautas no Plano Diretor. A presidente voltou a falar que a comunidade não quer a expansão urbana naquela área. A Engenheira Ambiental, Mônica, pediu para lembrar o que foi dito na reunião anterior, que na escala de projeção que se tem, não daria para enxergar com nitidez, lembrando que o mapa é só para incitar as discussões. Pediu para darem sugestões que serão analisadas. A Defensora, Dra. Izabela, falou sobre a importância desse momento, citando a contribuição da Sra. Noeli e ressaltou sobre os direitos da população e sobre os efeitos de quem ainda não nasceu, com o assoreamento do rio. Chamou a atenção para a ZEIS que também é público da defensoria, que é cuidar dos que tem poucos recursos. Falou do problema de Palmas ser uma cidade excludente, levando pessoas de baixa renda para áreas periféricas, sem estrutura urbana, lembrando que elas estão lá por falta de opção. Para ela o que chama mais atenção é o cuidado com pessoas vulneráveis. O professor Gilberto falou também sobre a verticalização que resulta nos vazios urbanos,

lembrando que tem uma área com infraestrutura cara instalada e estão desocupadas. Lembrou, ainda, da especulação praticada na cidade e o IPTU progressivo como solução. Reclamou que o valor do IPTU progressivo está muito baixo, favorecendo a criação de favelas. O Sr. Douglas, estudante da UFT, falou sobre a dificuldade da mobilidade urbana em Palmas, questionando a posição dos técnicos da prefeitura. Falou que vê que a preocupação principal da revisão é a questão habitacional, deixando de lado a mobilidade que é fundamental na cidade. O arquiteto Giordane lembrou que todas as pautas são relevantes e tem importância, que em relação à questão da mobilidade há um projeto que está embargado, mas em tentativa de implantação. Terminou esclarecendo que esse assunto é prioritário também. A professora Joana pediu que na questão da mobilidade não se esqueça do pedestre. Sobre os loteamentos irregulares, pediu encarecidamente para que a prefeitura disponibilize os materiais e a dificuldade de acessar o site. Pediu acesso a informação do que está acontecendo e acesso aos mapas apresentados. O Sr. João Marciano da SEFIN pediu para responder sobre IPTU progressivo, falou que é uma oportunidade cercada de desafios, deu números de trabalhos feitos pela prefeitura com a dificuldade de notificar proprietários que não moram na cidade e que em 2015 foram progressivados em 2014, em 2016, 50 desses imóveis foram edificadas. Dos desafios, ele citou a escolha dos imóveis, falou que precisam de 5 progressividade para requerer o imóvel. Para ele a maior dificuldade é a definição das áreas a serem abordadas. Houve uma pequena discussão aberta onde foi informada as áreas que já tem o IPTU progressivo. O Sr. Messias explicou que a equipe da prefeitura está junto com a plateia para alcançar a cidade que todos querem e que os técnicos e representantes da prefeitura não estão aqui com nenhuma ideia pré-concebida, e lembrou que todos têm problemas na execução das ações com loteamentos existentes há mais de 20 anos, o que complica a desocupação, a pergunta para ele é desocupar ou regularizar, e que o ponto é refletir e discutir qual a melhor solução. Lembrou que até hoje não consta no Plano as áreas de interesse social e que é essencial que nesse Plano seja acrescido. Sobre o IPTU progressivo, ele falou que é uma ferramenta que está em curso e que a prefeitura está fazendo uso. Sobre os sites e informações, ele lembrou do processo eleitoral que veda expedição de informações, que por esse motivo as reuniões serão suspensas e retornarão depois das eleições. Pediu que como cidadão discuta-se o que é melhor para a cidade. O Arquiteto Ephim falou sobre os instrumentos como a tomada de áreas desocupadas, lembrou da outorga onerosa e um plano de mobilidade ligada ao uso do solo. Falou que nessa revisão será inserido novos instrumentos como aqueles que a Associação Água Doce requereu. Lembrou de lugares como Nova York que readquiriu áreas extensas por 50 anos para a recuperação de área de mananciais, para recuperá-las. Lembrou da especificidade da cidade por ela ter sido feita para carros e a falta de olhar para o pedestre, lembrou, ainda, que todos estão trazendo insumos valiosíssimos para construção de um novo Plano que traga uma cidade melhor para todos. O acadêmico da UFT falou sobre Palmas como uma cidade planejada para segregar e abordou que sua maior preocupação é a falta de mobilidade; lembrou que a região sul é a área mais arborizada e que servidores da prefeitura cortaram áreas e jogaram veneno para matar a vegetação, colocando isso

como um grande problema. A arquiteta Josi do IAB lembrou a questão das ZEIS, e sugeriu que parte dos lotes requeridos pelo IPTU progressivo se destinem a ZEIS, para uma mistificação social; reclamou da verticalização da cidade interferindo Sky line, perdendo a referência do lago e da serra. Criticou sobre o Conselho de Desenvolvimento Urbano que não é deliberativo e sim consultivo e não se reúne há três meses; reclamou que o processo de revisão começou sem avisar ao Conselho. A estudante de arquitetura citou um projeto acadêmico feito por ela de um cinturão verde e sobre perceber que os carros em sua maioria são ocupados por uma pessoa; relatou que seu trabalho fala sobre esse problema, mas é muito grande, não dá para falar tudo agora. O professor Bazoli criticou que a academia não trabalha junto com a prefeitura; reclamou sobre a falta de divulgação e a ausência de acesso às atas das reuniões que foram realizadas. Falou sobre o IPTU progressivo e que fica com dúvidas, que eles não estão questionando, mas sim querendo se informar; disse que os técnicos estão indo para as reuniões sem informação suficiente para discussão. Disse que os mapas devem ser separados por áreas. O professor Gilberto disse que tem que se ter cuidado para que algumas informações não caiam na mão de especuladores. O Sr. Bazoli pediu para que haja um planejamento, para que se avance sem atropelo, falando o desconforto dos encontros por uma falta de informação e a dificuldade de discutir fatos como as ZEIS sem um mapa claro. Explicou que existem princípios da participação informada, e que a lei institui que haja uma estruturação de informação para participação. Ele fala da preocupação desse setor, e só haverá essa oportunidade; e disse que ele particularmente irá a outras reuniões; reclamou que ele com uma capacidade intelectual elevada está com dificuldade de entender os mapas e linguagem usados pelos técnicos da prefeitura e se preocupa como está sendo isso para a população leiga. Falou de pessoas de fora que ajudaram no processo e que a prefeitura deve incluir as pessoas no processo, não sabendo se a culpa é da organização ou dos próprios técnicos. Deixou claro que não estava desqualificando a equipe, mas fazendo uma crítica porque não se acha incluído no processo. Falou que a próxima revisão será daqui há dez anos e que é muito importante que o processo agora seja correto. Pediu desculpas por se exceder e pediu que não o vejam como uma pessoa que queira atravancar o processo e sim melhorá-lo. O Sr. Giordane falou que não gostaria de estar aqui sem informação, mas que infelizmente houve um atropelo por falta dos mapas estarem prontos e que isso é coisa para discutir na Comissão. A Defensora, Dra. Izabela, colocou que a quantidade de reuniões para a leitura comunitária é insuficiente, que se não for colocado tudo em uma reunião específica, o processo é insuficiente; falou que a quantidade de reuniões deve ser feita pela densidade da região; criticou a proximidade das reuniões por causa da divulgação. Lembrou do participante que falou da mobilidade urbana e que a defensoria pediu informação se já tem um plano de mobilidade e a resposta foi que ainda não tem e que ele deve sair juntamente com o novo Plano; pediu para ter cuidado já que o assunto é importante e será extraído desse processo. O arquiteto Ephem, Presidente do IPUP, falou sobre a reflexão do Sr. Bazoli e lembrou que esse processo deve abordar nesse momento as questões mais abrangentes e que depois que a Câmara aprovar o Plano, aí sim haverá muito trabalho por parte dos técnicos da cidade; ele falou

que haverá orçamento para etapa seguinte; ressaltou que a revisão está sem orçamento pela prefeitura e que o trabalho é voluntário e que na etapa seguinte, sim, haverá mais estrutura. Disse que o Plano tem que ser prospectivo com metas sobre mudanças climáticas, ressaltando a poluição do ar. O arquiteto Marcus falou da tentativa de se fazer da melhor forma esse processo e da expectativa que gera essa revisão; disse sobre o acerto da criação da Comissão, sobre a metodologia e o processo do trabalho que foi descrito na primeira reunião; falou do momento delicado por ser ano eleitoral; lembrou que eram doze reuniões e o número foi aumentado para 24. Lembrou que as reuniões serão encerradas amanhã durante 45 dias. Ele explicou que esse diagnóstico está em construção e quer recolher a informação dos presentes como técnico e integrante da sociedade. A Sra. Márcia da UFT deu como sugestão dividir em pautas os temas para discussão. O Arquiteto Riquinelson lembrou que a cidade é jovem e que essa é a melhor discussão sobre o Plano Diretor e está vendo a tentativa da prefeitura de se adequar; lembrou da preocupação com linguagem para os leigos; e falou da falta da participação da população que não tira seu tempo para participar, isso para técnicos e leigos; pediu que a prefeitura apresente dados para que enriqueça o conhecimento da população e seu esclarecimento. A professora Juliana falou sobre a reunião de Buritirana, que de forma geral foi usada uma linguagem acessível, mas pediu que se dedique mais tempo e sugeriu que a apresentação possa ser feita nas salas. Foi feita uma leitura de tudo que foi captado. Após a conclusão da leitura de potencialidades, problemas e sugestões, a reunião foi encerrada às 22h03min. Sem mais, nada a acrescentar, eu, Ingrid Barros Lopes, encerro essa ata.

Composição da Equipe Técnica:

Coordenador Técnico: MARCUS VINICIUS MENDES BAZONI – Coordenador de Projetos Urbanísticos.

Facilitador 1: GIORDANE MARTINS SILVA - Arquiteto e Urbanista.

Relator da Plenária: INGRID LOPES - Arquiteta e Urbanista.

Relator da Tabela: DENISE DE MORAES RECH - Arquiteta e Urbanista.

Assistente de Relatoria 1: VANESSA MITT SILVA - Arquiteta e Urbanista.

Assistente de Relatoria 2: MARLI RIBEIRO NOLETO - Arquiteta e Urbanista.

Assistente de Relatoria 3: DANIELA DA ROCHA FIGHERA - Arquiteta e Urbanista.

Assistente de Relatoria 4: ANDRÉ LUÍS CAMARGO CASTRO - Arquiteto e Urbanista.

Assistente de Relatoria 5: MÔNICA RODRIGUES DA SILVA - Engenheira Ambiental.

Assistente de Relatoria 6: RARIANY MONTEIRO – Internacionalista.

2.2 LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO SETORIAL





LISTA DE PRESUNTA

LOCAL: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS

DATA: 17 DE AGOSTO DE 2016



Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA
01	Daniela R. Fregras	FRUP	danielafregras@gmail.com	
02	Samanda Pimental	SPE - TO	spedo.pimental@gmail.com	
03	Andriana n. m. moure	DPE - TO	8426-2266	
04	Lucas C. G. de Carvalho	UF T	9 9264 2688	Lucas Carvalho G. de Carvalho
05	Rodrigo Oliveira Souza	ULBRA	9216-5489	rodrioliveira@ulbra.br
06	Giordano Inzeril	FRUP	98401-3859	giordano@inzeril.com
07	Lóssie Brito de S. Frum	IEPO	98136-4997	lossiefrum
08	Pauli R. Ubleh	FRUP	2111-0904	
09	VANESSA MITT SILVA	SEDUH	2111-1130	
30	EDILBERTO CARLOS	CEDU	98474 5300	
33	Paulo André Gatozo	DRE/TO	99206 89 85	Paulo Gatozo
32	Fláudio Vale Ferraz de Sá	ULBRA	(63) 999420203	
33	Abeli Maria Stimmer	Ass. Água Doce	(63) 98113-0312	Stimmer
34	Gilberto Kober Correa	KoberCorrea	gilberto.kober@email.com	
35	Queimada Santa Uirine	CEUP - Uirine	(63) 9995-2949	



LISTA DE PRESERVAÇÃO
LOCAL: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
DATA: 17 DE AGOSTO DE 2016



Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA
16	Mônica B. Filho	108 pels. al. 14. Lt. 33	8103 9445	
17	Kenanda J. de Souza	1203 sul. al. 05. Q123. Lt. 13	Kenanda.klima@hotmail.com	
18	ARIANY MONTEIRO	504 Sul, Aln. 12. Lt. 38. Ap. 03	ARIANY@GMAIL.COM	
19	Anderson Elliot. de S. do WFG	812 Sul ALOS OI 06	daabo-CLAPIN-ITBOHO@MAIL.CC	
20	TAPANE OLIVEIRA	IPUP	TAPANEOLIVEIRA@GMAIL.COM	
21	Wallas Rodrigues Lopes	UFT	wallas.k.lopes@gmail.com	
22	Raissa Sousa e Silva	UFT	raissa-101@gmail.com	
23	Antônia Ayres Oliveira	FACOMTO	63984887226	
24	Luís S. de Costa Jr	606 Sul	63 9 8495 7021	
25	Genelle C. Pereira	SEDCUT	2111-3131	
26	ETALDO L. L. CARVALHO	IPUP	mq.en.lb.cjpa@gmail.com	
27	ELIAS MARTINS	SEDCUT	ARA ELIASMARTINS@PUL.COM.BR	
28	Kerley de Oliveira Roque	208 sul abimada 5	63-984071562	
29	Isaque Fontes Silva	CEULP/ULBRA	99993-6030 aisacfontes@gmail.com 99935-3212	
30	Igora R. Louira	FASEC	igoragouira1@gmail.com	



LISTA DE PRESF. JA

LOCAL: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS

DATA: 17 DE AGOSTO DE 2016



Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA
31	Rhama Sabrina B. D. Lopes	Objetivo - FEPO	rhama.bucar@outlook.com 93479-2398	
32	Everais Moura	F. M. D	eversing14@yahoo.com.br	
33	Loise Maria	DPE	Loisesilva@gmail.com	
34	JULIANA F. CUNHA	ARQUITETA / PREF. URB	julianacunha63@gmail.com	
35	Julliana Menelik Costa	SEDEUP	ju.mzenelikcosta@gmail	
36				
37				
38				
39				
40				
41				
42				
43				
44				
45				



LISTA DE PRESTIÇA

LOCAL: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS

DATA: 17 DE AGOSTO DE 2016

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA
46	Jose Messias de Souza	Soc. Desenv. URB e Hab	99884453	
47	Andara Santos Andrus	St. FACTO	98139-7536	
48	Márcia Neves Gonçalves Lima	DP/TO	98442-9264	
49	Cristiana Filipa Soares Branco Fucello	CEULP/UNESA	63 99242-6356	
50	Gyselle Zyandra Ribeiro Brito	IFTO	(63) 9 8332-5395	
51	Luís Roberto S. Oliveira	Seme do Corvo	(63) 92033650	
52	Família hein	SEPLAG	2111 2215	
53	Sheldy F. Alves	DTE-TO	(63) 3216-6753	
54	João Marcos Junior	SEFIN	98402 4007	
55	João João Coutinho	SECOM (PALMAS)	(63) 98443-3330	
56	Luís M.C. Pinheiro	SEBUT	63 2111 1113	
57	André Luis Camargo Castro	JPUP	99616898	
58	Thayus Surpa da S. C. Bispo	1004 sul	99554389	
59	FERNANDA BAITO DE ABBADU	DD. 406N, AL. 5, LT. 18 8.2	98104-8579	
60	Franíska P.R. Barbosa	208 sul. AL. 01. Casa 30	98919-0000	



LISTA DE PRESIÇA

LOCAL: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS

DATA: 17 DE AGOSTO DE 2016

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA
76	Feliana Lopes da Silva	R. Porto Seguro 6008/8 AD	felianinha_lopes@gmail.com	Feliana
77	Danielle do Nogueira	Defensoria Pública	danielle.dn@defp.toc.br	
78	Joliton ALVES DE SAUDADE	Empresa pública	solita@defp.toc.br	Joliton ALVES
79	Danielle Letícia de Souza	FACTO	danielle.maypa@hotmail.com	Danielle L. Maypa
80	MENIGA BARBOSA GOMES		monicabalbarbosa@gmail.com	
81	Douglas Fatori de	1006 sul.	douglasfatori@defp.toc.br	
82	Andressa Fatori de	500V. AL DE G. 108/101	andressafatori@defp.toc.br	
83	FERNANDA RUIZ DE ABREU	80406N 11.5, 17 18	fernanda_rui@defp.toc.br	
84			FERNANDA@GMAIL.COM	
85				
86				
87				
88				
89				
90				

2.3 FOTOS DA REUNIÃO SETORIAL¹



¹ Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas – IPUP/Secretaria de Comunicação - 2016

2.4 TABELA – DEMANDAS DO SETOR

Como parte da metodologia de análise, procedeu-se a sistematização das contribuições da comunidade expressadas oralmente em plenária, conforme tabela temática abaixo referida:

REUNIÃO SETORIAL: OAB – CAU - CREA EIXO: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DATA: 17/08/16		
CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
ÁREA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA NECESSITA DE TRABALHO TÉCNICO MAIS DETALHADO NA REGIÃO DA RODOVIA;	A - EMPRESAS NA ÁREA RURAL	FAZER ESTUDO JURÍDICO SOBRE OS REFLEXOS DESSA LEI (155).
(LEI 155/2007) A CAMARA DE VEREADORES INSERIU CONDOMINIOS RESIDENCIAIS NA ÁREA DE INFLUENCIA DA RODOVIA E FOI VETADO PELO PREFEITO, TORNANDO O ARTIGO DA LEI SEM EFEITO;		VOLTAR A ÁREA RURAL A SER ÁREA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA (retornar ao texto original, sem a proposta de condomínios)
		DIMINUIR A VERTICALIZAÇÃO, ALTERANDO O COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO E AS DEMAIS LEIS DE USO E OCUPAÇÃO DE SOLO E AUMENTANDO O ADENSAMENTO DA CIDADE ATRAVÉS DA HORIZONTALIDADE- INCENTIVAR AS CONSTRUÇÕES/CONSTRUTORAS A OCUPAR OS VAZIOS URBANOS Estipular altura máxima para os edifícios
PROBLEMAS NO ENTORNO DA CIDADE, FALTA DE INCENTIVO AO CINTURÃO VERDE PROPOSTO;		
ÁREA CENTRAL ABANDONADA		REVITALIZAR O CENTRO DA CIDADE
ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA		
TAQUARUSSU GRANDE: (ASSOCIAÇÃO ÁGUA DOCE) NÃO EXISTE MAIS MÓDULO RURAL – HÁ UM PROCESSO DE LOTEAMENTO IRREGULAR – CONDOMINIOS RURAIS – MICROPARCELADOS ATÉ O RIBEIRÃO TAQUARUSSU, DESMATANDO A MATA CILIAR E		PARAR IMEDIATAMENTE OS PROCESSOS DE LOTEAMENTOS IRREGULARES

BURLANDO A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA;		
CONSEGUE-SE DOCUMENTOS SEM PASSAR PELOS TRÂMITES LEGAIS DAS ÁREAS RURAIS PARA USO IRREGULAR DENTRO DA APA DA SERRA DO LAJEADO		
A COMUNIDADE NÃO QUER A EXPANSÃO URBANA, POIS A ÁGUA ESTÁ SE EXTINGUINDO PELA POLUIÇÃO CAUSADA PELAS OCUPAÇÕES IRREGULARES		Resgatar a vocação agrícola da área rural
		INCLUIR A ÁREA RURAL NOS MAPAS APRESENTADOS - PARA AS PRÓXIMAS REUNIÕES
MUITAS DEMANDAS RELACIONADAS À FALTA DE MORADIA E OCUPAÇÕES IRREGULARES; PALMAS ESTÁ SENDO EXCLUDENTE E NEGLIGENCIANDO AS PESSOAS SEM MORADIA, CHAMANDO À ATENÇÃO DO DPE POR SER UMA CIDADE TÃO JOVEM		ZEIS NAS ÁREAS CENTRAIS
A VERTICALIZAÇÃO RESULTANTE DA FALTA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA URBANA – ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA		IPTU PROGRESSIVO SEJA MAIS INCISIVO NAS ÁREAS DESOCUPADAS
A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA EXPULSANDO A POPULAÇÃO DE MENOR RENDA PARA AS ÁREAS PERIFÉRICAS E RURAIS		PROMOVER A OCUPAÇÃO DOS VAZIOS – QUE TAMBÉM PODEM GERAR EMPREGO E RENDA NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO CIVIL
TRANSPORTE PÚBLICO DEFICIENTE, ESPECIALMENTE EM HORÁRIO DE PICO		TRANSPORTE COLETIVO ACOMPANHE EFETIVAMENTE A OCUPAÇÃO DAS ÁREAS
AUSENCIA DE CUIDADO COM A MOBILIDADE URBANA, ACESSIBILIDADE E PRIORIZAÇÃO DO PEDESTRE E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		INCENTIVO AO TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO
ARBORIZAÇÃO URBANA DEFICIENTE		
PALMAS APRESENTA CARACTERÍSTICAS QUE SEGREGAM AS PESSOAS E MESMO COM ÁREAS NÃO OCUPADAS, OBRIGAM AS PESSOAS A OCUPAR ÁREAS DISTANTES		
A VERTICALIZAÇÃO JUNTO AO LAGO ESTÁ DESCARACTERIZANDO		DESTINAR OS LOTES RESULTANTES DE EXPROPRIAÇÃO DO IPTU PROGRESSIVO À ZEIS

A PAISAGEM urbana DO LAGO E DA SERRA		
		ÁREA DE OCUPAÇÃO PRIORITÁRIA EXTENSIVA À TAQUARALTO
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO COM POUCA ATIVIDADE		A REVISÃO DO PDP DEVERÁ SER APRESENTADA NO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
		CRIAR NA AVENIDA TEOTONIO SEGURADO O PROJETO CAMINHO VERDE
		Incluir Luzimangues na discussão do PDP

REUNIÃO SETORIAL: OAB – CAU - CREA
EIXO: MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
DATA: 17/08/16

CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
PROBLEMAS NO ENTORNO DA CIDADE, FALTA DE INCENTIVO AO CINTURÃO VERDE PROPOSTO;		
PROBLEMAS COM ÁGUA; IRRIGAÇÃO DOS CANTEIROS		
TAQUARUSSU GRANDE: (ASSOCIAÇÃO ÁGUA DOCE) NÃO EXISTE MAIS MÓDULO RURAL – HÁ UM PROCESSO DE LOTEAMENTO IRREGULAR – CONDOMÍNIOS RURAIS – MICROPARCELADOS ATÉ O RIBEIRÃO TAQUARUSSU, DESMATANDO A MATA CILIAR E BURLANDO A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA;		APROVEITAR A ÁGUA EXISTENTE PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA, NÃO APENAS PARA IRRIGAÇÃO
OS CÓRREGOS ESTÃO SENDO PREJUDICADOS COM INTERVENÇÕES IRREGULARES DE BARRAGENS, BALNEÁRIOS E OUTRAS, ALÉM DO VENENO DOS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS CORRENDO O RISCO DE SECAR,		PARAR IMEDIATAMENTE OS PROCESSOS DE LOTEAMENTOS IRREGULARES
CONSEGUE-SE DOCUMENTOS SEM PASSAR PELOS TRÂMITES LEGAIS DAS ÁREAS RURAIS PARA USO IRREGULAR DENTRO		

DA APA DA SERRA DO LAJEADO		
AS QUEIMADAS OCORREM POR 70 DIAS, PREJUDICANDO OS ANIMAIS E NÃO HÁ CONTROLE EFETIVO		
PROJETO DE TURISMO RURAL PARA RESGATAR A TERRA, PORÉM NÃO HÁ MAIS ÁGUA PARA EFETIVAR O USO TURÍSTICO DO MENCIONADO PROJETO E O PODER PÚBLICO MUNICIPAL NÃO DEU INCENTIVOS AO MESMO	B - TURISMO ECOLÓGICO Turismo rural	
		PROGRAMA DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, A EXEMPLO DE OUTRAS CIDADES, INCLUSIVE NOS EUA, EM NOVA YORK; ASSISTENCIA TÉCNICA E RECURSOS FINANCEIROS CUJO OBJETIVO É O DE RECUPERAR AS FONTES (RIO MACACÃO, TAQUARUSSU GRANDE E TAQUARUSSUZINHO)
A COMUNIDADE NÃO QUER A EXPANSÃO URBANA, POIS A ÁGUA ESTÁ SE EXTINGUINDOS PELA POLUIÇÃO CAUSADA PELAS OCUPAÇÕES IRREGULARES		FORÇA TAREFA PARA FISCALIZAR OS RIOS, ENVOLVENDO TODOS OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS
		Resgatar a vocação agrícola da área rural
ARBORIZAÇÃO URBANA DEFICIENTE		INCENTIVO AO TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO
FALTA DE PRESERVAÇÃO DAS ÁRVORES, INCLUSIVE POR PARTE DOS MORADORES QUE AS 'MATAM' COM AGROTÓXICOS		INCENTIVAR O NÃO USO DO CARRO PARA DIMINUIR A EMISSÃO DE CARBONO
A VERTICALIZAÇÃO JUNTO AO LAGO ESTÁ DESCARACTERIZANDO A PAISAGEM urbana DO LAGO E DA SERRA		

REUNIÃO SETORIAL: OAB – CAU - CREA
 EIXO: FISCAL E GOVERNANÇA
 DATA: 17/08/16

CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
FALTA DE ACESSO DO CIDADÃO AOS MAPAS DA CIDADE		
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO COM POUCA ATIVIDADE		A REVISÃO DO PDP SER APRESENTADA NO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
FALTA DE TRANSPARÊNCIA E ACESSO ÀS AÇÕES PREFEITURA		PROMOVER O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES REFERENTES À REVISÃO DO PDP ATRAVÉS DOS MEIOS DISPONÍVEIS (INTERNET, CARTILHAS), CUMPRINDO OS REQUISITOS DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
		INCLUIR LUZIMANGUES NA DISCUSSÃO DO PDP